

AÇÕES INSURGENTES E IMAGINAÇÕES DE FUTUROS: O CIRCUITO DE HERANÇA AFRICANA E AS LUTAS PELO TERRITÓRIO NA PEQUENA ÁFRICA (ST 10 - TERRITÓRIOS, LUTAS SOCIAIS E PLANEJAMENTO EM CONTEXTO DE CONFLITO)

Marina Annes Duarte

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, mestranda | marinaannesduarte@gmail.com

Thaissa Martins

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, mestranda | thaissamartins@id.uff.br

Fernanda Sánchez

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, doutora, professora titular | fsanchez@id.uff.br

Raquel Pacífico

Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, graduanda | raquelpacifico0@gmail.com

Sessão Temática 10: Territórios, lutas sociais e planejamento em contexto de conflito

Resumo: Este estudo investiga práticas espaciais insurgentes como formas de construção de futuros territoriais alternativos, a partir da análise do Circuito de Herança Africana protagonizado pelo Instituto Pretos Novos (IPN), na Pequena África, área portuária do Rio de Janeiro. A pesquisa utiliza o conceito de ações insurgentes para compreender essas expressões de re-existência e resistência frente a projetos urbanos hegemônicos. Com base em longa trajetória de imersão e visitas de campo, além de uma combinação de articulações conceituais e trabalho empírico, o artigo contou com a realização de entrevista com guia vinculado ao IPN, de forma a respeitar o protagonismo dos agentes locais nas disputas de narrativas e contribuir para uma mudança epistêmica no campo do planejamento que valorize saberes locais e insurgentes. A pesquisa destaca como o Circuito articula memória, re-existência e disputas territoriais, e relaciona essa prática ao conceito de planejamento insurgente. Ao explorar temas como transgressão, contra-hegemonia e imaginação, a análise aponta para perspectivas de futuros descolonizados, ancoradas na ancestralidade e na resistência local.

Palavras-chave: Ações insurgentes; Planejamento; Pequena África; Futuros alternativos; Descolonização.

INSURGENT ACTIONS AND FUTURE IMAGINATIONS: THE CIRCUITO DE HERANÇA AFRICANA AND THE FIGHTS FOR TERRITORY IN PEQUENA ÁFRICA

Abstract: *This study investigates insurgent spatial practices as ways to construct alternative territorial futures, based on an analysis of the African Heritage Circuit organized by the Instituto Pretos Novos (IPN) in Pequena África, located in the port area of Rio de Janeiro. The research employs the concept of insurgent actions to understand these expressions of re-existence and resistance against hegemonic urban projects. Drawing on an extensive trajectory of immersion and field visits, combined with conceptual articulations and empirical work, the study includes an interview with a guide affiliated with the IPN, aiming to respect the agency of local actors in narrative disputes and contribute to an epistemic shift in the field of planning that values local and insurgent knowledge. Accordingly, the research highlights how the Circuit weaves together memory, re-existence, and territorial disputes, linking this practice to the concept of insurgent planning. By addressing themes such as transgression, counter-hegemony, and imagination, the analysis reveals pathways toward decolonized futures, rooted in ancestry and local resistance.*

Keywords: *Insurgent actions; Planning; Pequena África; Alternative Future; Decolonization.*

ACCIONES INSURGENTES E IMAGINACIONES DE FUTUROS: EL CIRCUITO DE HERENCIA AFRICANA Y LAS LUCHAS POR EL TERRITORIO EN LA PEQUENA ÁFRICA

Resumen: *Este estudio investiga prácticas espaciales insurgentes como formas de construcción de futuros territoriales alternativos, analizando el Circuito de Herencia Africana liderado por el Instituto Pretos Novos (IPN) en la Pequena África, área portuaria de Río de Janeiro. La investigación utiliza el concepto de acciones insurgentes para entender estas expresiones de reexistencia y resistencia frente a proyectos urbanos hegemónicos. Basado en una trayectoria de inmersión, visitas de campo y una combinación de articulaciones conceptuales y trabajo empírico, incluye una entrevista con un guía vinculado al IPN, respetando el protagonismo de agentes locales en disputas narrativas y promoviendo un cambio epistémico en la planificación, valorizando saberes locales e insurgentes. La investigación muestra cómo el Circuito articula memoria, reexistencia y disputas territoriales, y, de este modo, vincula esta práctica a la planificación insurgente. Explorando temas como transgresión, contrahegemonía e imaginación, señala futuros descolonizados anclados en ancestralidad y resistencia local.*

Palabras clave: *Acciones insurgentes; Planificación; Pequena África; Futuros alternativos; Descolonización.*

INTRODUÇÃO

A questão central deste artigo é explorar as práticas espaciais insurgentes como formas de construção de futuros alternativos para o território, a partir do estudo do Circuito de Herança Africana, do Instituto Pretos Novos (IPN), e sua relação com a Pequena África, localizada na área portuária do Rio de Janeiro. Sob uma ótica de desobediência epistêmica (Mignolo, 2008), busca-se não apenas refletir se as práticas insurgentes podem ser consideradas como partes de processos de *planejamento insurgente* (Miraftab 2009, 2016), mas utilizar este conceito como um dos balizadores analíticos, ampliando a compreensão das práticas espaciais como expressões de *re-existência* (Porto Gonçalves, 2006) e disputa de futuros territoriais frente aos projetos hegemônicos, sobretudo a Operação Urbana Porto Maravilha, que vem sendo implementada desde 2009 (Leal de Oliveira et al, 2016). Assim, o trabalho traz como contribuição reflexões acerca dos conceitos de insurgência, planejamento e futuro para questionar suas possíveis relações e contradições no campo, bem como na área dos estudos urbanos.

A motivação para a investigação surge da vivência do Circuito de Herança Africana enquanto experiência de campo, uma prática cotidiana constantemente atualizada, que, enquanto estratégia metodológica de pesquisa, ilumina as complexidades e contradições dos processos urbanos, fornecendo subsídios para as reflexões teóricas sobre planejamento e práticas espaciais.

O contexto da área portuária do Rio de Janeiro se destaca como território de estudo, onde os impactos, resistências e re-existências aos Grandes Projetos Urbanos (GPUs) têm sido amplamente investigados, posto que os GPUs têm gerado e aprofundado desigualdades historicamente constituídas. Com uma história profundamente marcada pela presença negra — sendo o local de chegada de escravizados e, espaço de preservação e fortalecimento de laços culturais e de pertencimento —, essa área tem enfrentado sucessivas intervenções urbanísticas que, além de desconsiderar esta população, cultura e costumes, ativamente os exclui, em processo acelerado de “branqueamento do território” (Santos, 2009, 2018).

Ao longo dos séculos, diversos atores locais organizados em “Grupos Sócio-Espaciais” (Kapp, 2018) atravessaram e continuam atravessando os diversos GPUs já implementados na área, reinventando sua forma de ser e existir no tecido social, desempenhando um papel central na história local. A escolha da *Grupos Sócio-Espaciais* para este estudo se justifica por seu vínculo profundo com o espaço-território, em que suas práticas e produções são parte essencial da sua existência e de sua dinâmica identitária (Cruz, 2022). Esses grupos moldam e recriam ativamente o território por meio de suas práticas espaciais, que articulam resistência e identidade.

Percebe-se, portanto, a relevância das ações insurgentes no território a partir da re-existência dos movimentos e dos distintos grupos socio-espaciais, como ocupações urbanas, associações de moradores de favelas, grupos juvenis, coletivos culturais, ONGs, movimento negro, entre outros. Muitos desses sujeitos se articulam em torno de organizações de

múltiplas escalas, como a Comissão de Moradores da Providência, o Fórum Social do Porto, o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (Sánchez et al, 2016), ou mais recentemente, o S.O.S Providência, a Galeria Providência ou o Afoxé Filhos de Ghandi, destacando-se como agentes fundamentais na produção de práticas espaciais insurgentes. Nesse contexto, é importante destacar que o Circuito de Herança Africana é fruto dessas articulações e expressa as lutas e reivindicações dos grupos ligados à cultura e à história negra, afro-diaspórica e territorializada (Santos, 2017, 2018, 2022).

Diferentes iniciativas, conduzidas por grupos locais e também guiamentos particulares, oferecem circuitos da herança africana, cada uma trazendo suas próprias perspectivas sobre a Pequena África, com expressões diferentes. Essa diversidade, quando articulada com os movimentos de re-existência sócio-espaciais, fortalecem o processo contínuo de enegrecimento do território (Santos, 2022), mantendo viva a memória e a resistência negra. No entanto, essa mesma pluralidade pode abrir espaço para a apropriação do Circuito por iniciativas hegemônicas, a exemplo da própria operação Porto Maravilha, que já inclui o Circuito como parte das atividades descritas em seu site oficial¹, desvirtuando e reconfigurando o protagonismo das narrativas negras e seu sentido insurgente.

A escolha pelo IPN, dentro deste panorama, se justifica pela sua trajetória de quase 30 anos de atuação contínua e relevante de re-existência. Além disso, o IPN reconhece o Circuito de Herança Africana como uma de suas atividades permanentes e centrais, reforçando sua importância enquanto um agente fundamental na preservação e promoção da memória e da cultura afro-brasileira no território da Pequena África.

A metodologia da pesquisa que deu origem ao artigo está fundamentada pela longa trajetória de imersão e visitas de campo do grupo na área portuária do Rio de Janeiro, e envolveu uma combinação de articulações conceituais e trabalho empírico. O artigo também conta com a realização de uma entrevista com Alexandre Cassiano – Xandi, guia do Circuito de Herança Africana, vinculado ao Instituto Pretos Novos (IPN) e também atuante em guiamentos turísticos particulares pela região central carioca. A entrevista buscou, além de permitir acessar perspectivas internas sobre as práticas espaciais e a construção de futuros alternativos no território, respeitar o protagonismo dos agentes locais nas disputas de narrativas sobre o lugar e contribuir para uma mudança epistêmica no campo do planejamento que valorize saberes locais e insurgentes.

O artigo inicia-se com uma apresentação do território da Pequena África, destacando as práticas de re-existência das comunidades negras em sua luta pela permanência e valorização do lugar, em contraposição aos diversos GPUs implementados na área ao longo dos anos. Em seguida, o IPN é apresentado como um grupo sócio-espacial de re-existência profundamente conectado ao território, com destaque para sua atuação por meio do Circuito de Herança Africana, concebido como uma prática de museu de território que articula memória e resistência.

Com essa contextualização, o artigo avança para relacionar o Circuito do IPN à construção de um futuro territorial contra-hegemônico na Pequena África, adotando como base analítica o conceito de planejamento insurgente de Miraftab (2009;2016). A análise organiza-se em torno de três características fundamentais propostas pela autora para que uma prática seja considerada como planejamento insurgente: transgressão, contra-hegemonia e imaginação. Cada uma dessas dimensões é explorada em subseções do capítulo *“Circuito de herança africana: construção de um futuro insurgente e ancestral?”*, sendo elas: **Consciência Historicizada**, onde se aborda a “transgressão do tempo e lugar” ao enfatizar a memória histórica como elemento central do Circuito; **Ações Insurgentes**, onde se discute a resistência aos projetos hegemônicos; e **Planejamento: Futuro Ancestral e Insurgente?** onde exploramos a relação entre planejamento e o conceito ocidental de futuro, demonstrando como o Circuito propõe sua ressignificação, ancorada na ancestralidade.

PEQUENA ÁFRICA, TERRITÓRIO DE DISPUTA E DE “RE-EXISTÊNCIA”

Saúde, Gamboa, Santo do Cristo... Essa região é uma região portuária, uma região que se transforma numa das maiores regiões, o maior porto do mundo. Para todos os alimentos, tudo que estava fazendo a transformação no Brasil era na região, toda a região e no Brasil. É aqui que começa esse povo, esses escravizados, esses ex-escravizados, descendentes de escravizados, que vêm da Bahia, vêm de Minas, vêm de São Paulo. Eles vêm trabalhando, na estiva, como estivadores...

Aí eu falo também da Praça 11, Mangueira, **toda essa região é uma região chamada de Pequena África**, cunhada pelo Heitor dos Prazeres, porque os africanos vêm para cá. E não são só os africanos: são os libaneses, é o Saara, são os árabes, os ciganos, que inclusive vão morar na região da Pequena África, porque a gente tem uma coisa de ligar eles a nós (Cassiano, 2024, grifo nosso).

A Pequena África é um território simbólico da diáspora africana no Brasil. Embora esteja espacialmente muito associada à área portuária do Rio de Janeiro, há quem diga que sua abrangência se expande por toda a região central da cidade, com limites fluidos que se desenham a partir das escrituras negras. Esse território traz em si as marcas do contexto histórico escravocrata brasileiro e do papel central desempenhado pela região portuária durante o período colonial, local em que a presença negra é profundamente significativa devido ao Cais do Valongo, o maior ponto de desembarque de africanos escravizados nas Américas e, possivelmente, no mundo. Estima-se que mais de um milhão de africanos passaram pelo porto entre os séculos XVIII e XIX (IPHAN, 2023).

Com o passar do tempo e as sucessivas leis de libertação dos escravizados, grande parte da população afrodescendente se estabeleceu na Pequena África, inclusive migrando de outras cidades brasileiras (Figueiredo et. al., 2024). Muitos desses migrantes se mudaram ou permaneceram após sua alforria na região portuária, estabelecendo-se nos arredores do Cais

do Porto, Saúde e Gamboa, onde a moradia era mais barata e outros agrupamentos de negros já estavam instalados.

A forte presença negra na região no início do século XX consubstancializou práticas, objetos e matrizes culturais africanas, não sem sofrer proibição legal e repressão policial de diversos destes costumes, o que formou e fortaleceu as comunidades e resistências negras. Assim, a área carrega diversos sítios arqueológicos, monumentos, lugares históricos e instituições ligadas à cultura negra, que contam uma história invisibilizada pelo racismo estrutural que fundamenta a sociedade.

A região portuária do Rio de Janeiro engendra questões de disputas de lugar, de memória e de narrativas (Santos *et. al.*, 2017), através das lutas pela ressignificação e apropriação da história, cultura e uso do espaço público, contra a opressão e discriminação. Essas disputas envolvem diferentes sujeitos, como moradores locais, investidores, governos, instituições e empresas, cada qual com diferentes interesses e perspectivas sobre o território.

Efetivamente, a memória afro-diaspórica e seus símbolos são disputados permanentemente. Personagens, artistas negros e histórias afro-descendentes são apropriadas pelo mundo da mercadoria, pela mercantilização do espaço. Ícones da re-existência viram produtos à venda. No bairro do Santo Cristo, na mesma área portuária, um dos condomínios do grupo imobiliário Cury, com forte atuação no braço financeiro-imobiliário da Operação Urbana, se chama Heitor dos Prazeres, artista e músico negro da história territorializada do Porto. Heitor dos Prazeres virou produto imobiliário.

O próprio Circuito de Herança Africana também se apresenta como um paradoxo nas disputas de lugar: ainda que seja fruto de mobilização social, se insere no Porto Maravilha, projeto que prevê a remoção da população negra da região (Santos, 2019, p.24). Por essa apropriação, e contra essa usurpação, a narrativa sobre a área deve ser permanentemente disputada, tanto nos estudos urbanos quanto no planejamento urbano. Lutar para defender o sentido histórico e territorial da herança africana significa, também, lutar para não pasteurizar seus símbolos, para não esvaziá-los de seu sentido político.

Ademais, a visibilidade da área, localizada em uma das principais capitais latino-americanas, a torna alvo constante de processos, planejamentos e projetos urbanos formais, conduzidos pelo Estado e por instituições neoliberais que seguem uma lógica hegemônica, moldando a cidade conforme uma imagem específica de progresso. Esse "progresso" varia conforme a época, mas invariavelmente têm um componente racial em comum. Apesar da presença negra majoritária por séculos, os GPUs falham, deliberadamente, em atender a essa população.

Da reforma Pereira Passos até o Porto Maravilha, chegando no mais recente projeto Reviver Centro, os GPU's visam "revitalizar" a área, descaracterizando as raízes e lutas dos grupos locais, por meio do que Santos denomina de "branqueamento do território", que acontece por meio de três vertentes:

o **branqueamento da ocupação**, com a substituição de não brancos (negros e indígenas) por brancos na composição populacional de porções do território (através de assentamentos de imigrantes, expulsão ou extermínio dos indesejados); o **branqueamento da imagem do território**, com narrativas de histórias locais que se iniciam a partir da chegada dos brancos e eliminam a presença de outros grupos enquanto protagonistas de processos históricos, e o **braqueamento cultural do território**, com a imposição da primazia de matrizes, signos e símbolos que constituem e identificam territórios, lugares e regiões (Santos, 2017, p.469, grifo nosso).

No entanto, a população negra, com suas práticas culturais territorializadas, mantém-se em uma constante luta por permanência e afirmação cultural na região que não se resume à resistência passiva ou à mera oposição aos projetos hegemônicos, mas envolve a construção ativa de novas formas de existir e produzir o espaço. A "re-existência", conceito proposto por Carlos Walter Porto-Gonçalves (Porto Gonçalves, 2006), vai além da resistência ao opressor, pois sugere uma reinvenção do território a partir das práticas cotidianas e da reafirmação de identidades, culturas e modos de vida que foram historicamente marginalizados.

Aqui, mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um topo, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico (Porto Gonçalves, 2006, p. 165).

Contrapor-se ao embranquecimento promovido pelos GPUs na região portuária é afirmar histórias, vivências e apropriações que foram sistematicamente negadas e desconsideradas. É realizar uma virada epistemológica descolonial que busca enegrecer o território e dar voz às suas narrativas antes apagadas. Neste trabalho, essa contraposição surge a partir do argumento de que as ações insurgentes são recursos legítimos de produção da cidade e construção de futuros territoriais alternativos.

INSTITUTO PRETOS NOVOS E O CIRCUITO DE HERANÇA AFRICANA

Criado em 13 de maio de 2005, o Instituto Pretos Novos (IPN) tem sua origem na "redescoberta" do Cemitério dos Pretos Novos em 1996. Durante uma obra na casa da família Guimarães dos Anjos, foram encontradas ossadas humanas com poucos centímetros de escavação. Embora a existência do cemitério fosse conhecida por historiadores e documentada na literatura sobre o Rio de Janeiro e a escravidão no Brasil, houve diversos processos de apagamento histórico e "branqueamento do território" (Santos, 2009). A mudança do nome da rua de "Caminho do Cemitério" para "Rua da Harmonia", a mudança do nome do "Cais do Valongo" para "Cais da Imperatriz", em 1843, com a chegada da princesa Teresa Cristina de Bourbon-Duas, a reforma Pereira Passos, no começo do século XX, com as grandes expulsões de populações afrodescendentes e a demolição de suas construções em campanhas sanitaristas, higienistas e racistas do espaço, entre outros processos (Instituto

Pretos Novos, 2024; Santos, 2022)— contribuíram para invisibilizar e silenciar parte da história local.

O Cemitério dos Pretos Novos funcionou entre 1769 e 1830, sendo o local onde eram depositados os restos mortais de dezenas de milhares de africanos que não resistiram aos maus-tratos da captura e da travessia transatlântica. Apesar de ser considerado o maior cemitério de “pretos novos” - escravizados mortos próximo ao porto de chegada ou imediatamente depois do desembarque - nas Américas, o terreno reservado aos sepultamentos era extremamente reduzido para tantos corpos. Conforme o site oficial do Instituto Pretos Novos (2024), relatos de viajantes do século XIX descrevem o cemitério como uma montanha de terra e corpos despidos em decomposição, que eram periodicamente queimados, com seus ossos quebrados e misturados à terra.

Após anos de negligência com as ossadas encontradas por parte do poder público, a família Guimarães dos Anjos mobilizou a realização de pesquisas arqueológicas sobre os achados e organizou exposições itinerantes com o material recolhido. Reconhecendo a importância histórica do local para a cidade do Rio de Janeiro e para a memória dos Pretos Novos, a família, que inicialmente havia adquirido o imóvel para moradia, percebeu que o espaço deveria ser aberto à visitação pública. Assim surge o Instituto Pretos Novos, que se descreve a partir de sua missão:

de pesquisar, estudar, investigar e preservar o patrimônio material e imaterial africano e afro-brasileiro, cuja conservação e proteção seja de interesse público, com ênfase ao sítio histórico e arqueológico do Cemitério dos Pretos Novos, sobretudo com a finalidade de valorizar a memória e identidade cultural brasileira em Diáspora (Instituto Pretos Novos, 2024).

Dentre as várias atividades desenvolvidas pelo IPN, que passam por ações continuadas de investigações arqueológicas, pesquisas, exposições de artes visuais, residências artísticas, oficinas, cursos de pós-graduação, projetos culturais, entre muitas outras, destaca-se, para os fins deste artigo, o “Circuito de Herança Africana”.

A partir da mobilização dos grupos sócio-espaciais da Pequena África, a Prefeitura do Rio de Janeiro criou, por meio do Decreto Municipal n.º 34.803, de 29 de novembro de 2011, o Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana, com o objetivo de oferecer um passeio cultural, histórico, arqueológico, turístico e geográfico pela região (Gomes et. al., 2021, p. 9). A criação desse circuito foi acompanhada pela formação do Grupo de Trabalho Curatorial, com a missão de construir coletivamente políticas de valorização da memória e de proteção do patrimônio cultural da área, incluindo os achados arqueológicos do Cais do Valongo e outras construções protegidas por tombamentos (Instituto Pretos Novos, 2024).

Embora, enquanto política pública, pouco tenha sido feito para efetivamente valorizar o potencial histórico da Região Portuária, o IPN passou a oferecer oficinas a céu aberto e a se fortalecer por meio de parcerias com escolas da rede pública de ensino do Rio de Janeiro. Essa iniciativa transformou a experiência em uma verdadeira aula-passeio pelas heranças

africanas presentes no território da Pequena África. Com o amadurecimento dessa prática, em 2016 o IPN criou o seu próprio "Circuito de Herança Africana", com duração estimada de duas horas e com a inclusão de outros locais que enriquecem a narrativa histórico-cultural da atividade. Além dos seis pontos do roteiro original, previsto pela Prefeitura (Instituto Pretos Novos, 2024), o circuito agora abrange uma história contada a partir da perspectiva da população negra local, conforme ilustrado no mapa abaixo.

Figura 1: Circuito Histórico de Herança Africana



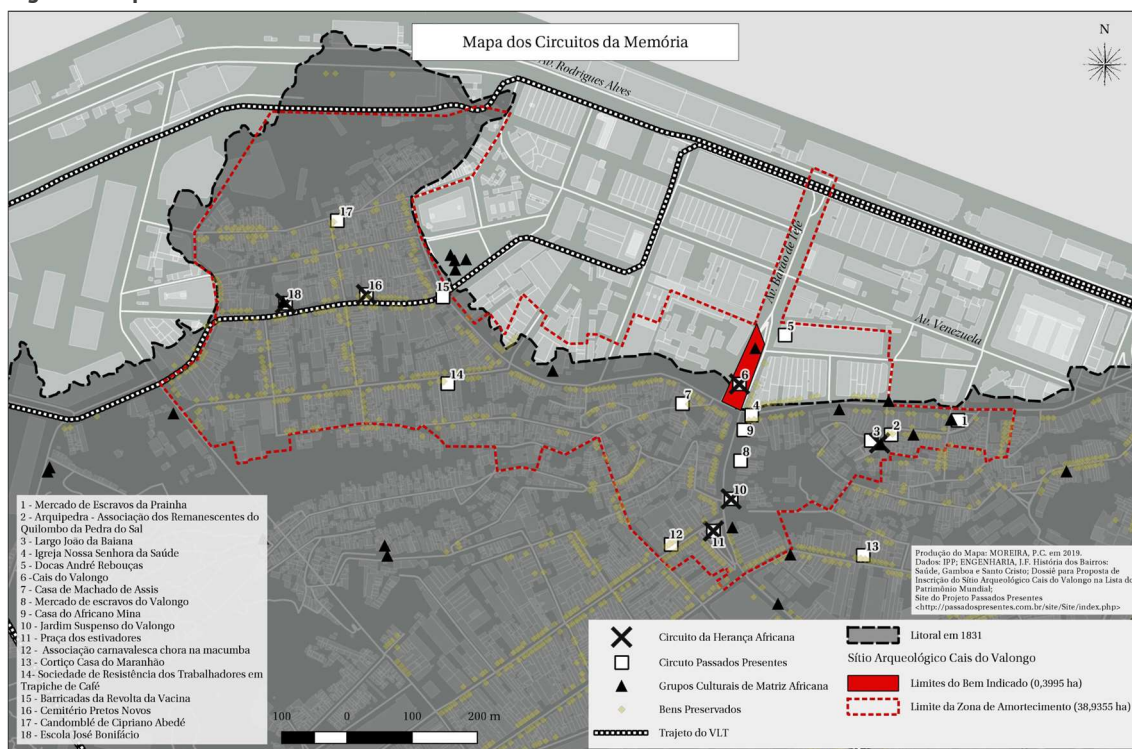
Nota: Panfleto distribuído pelo IPN, com explicação e mapa do Circuito de Herança Africana.

Fonte: Instituto Pretos Novos, 2024

Além dos pontos abordados pelo IPN em seu Circuito, cabe destacar que a multiplicidade de agentes e Circuitos, com suas diferentes perspectivas, trazem outros pontos e narrativas sobre o território. Essa diversidade de abordagens evidencia um processo dinâmico e complexo de disputas de lugar, no qual diferentes sujeitos mobilizam repertórios espaciais de ação variados, resultando em uma multiplicidade de referenciais e recortes espaciais que, em alguns momentos, se complementam, enquanto em outros se atiram (Santos, 2019, p. 21).

No âmbito da narrativa dos grupos sócio-espaciais subalternizados, destaca-se o Mapa Circuitos da Memória, que amplia os seis pontos originais previstos no Circuito do Decreto ao incorporar outros locais de interesse histórico - Bens Preservados, Grupos Culturais de Matriz Africana, e pontos mapeados pelo projeto de extensão da Universidade Federal Fluminense *Passados Presentes: Memória da Escravidão no Brasil* - evidenciando a complexidade territorial dos Circuitos de Herança Africana. Há ainda muitos outros pontos praticados, no passado e presente, por outros grupos sócio-espaciais, a serem inseridos no mapa.

Figura 2: Mapa dos Circuitos da Memória



Fonte: Moreira, P.C. em 2019 *apud* Santos, 2019, p.22

Ademais, o IPN e sua iniciativa do Circuito de Herança Africana trazem à tona o debate sobre a necessidade de ruptura com o conceito museológico tradicional. Essa discussão ganha destaque na coexistência de duas abordagens distintas na Região Portuária do Rio de Janeiro: de um lado, a museologia vinculada ao projeto Porto Maravilha, representada pelo Museu do Amanhã e pelo Museu de Arte do Rio; e do outro, a proposta do Circuito de Herança Africana, que prioriza a valorização da memória e das práticas culturais da população negra local, frente aos processos homogeneizadores e globalizantes (Pires, Chagas, 2018, p.14).

Essa iniciativa defende a inserção de novos olhares na análise historiográfica que incluam as minorias, integrando seus “significados simbólicos, linguagem, arte, crenças, mitos, rituais, subjetividades, motivações e aspectos identitários do ser humano, para constituir novas visões sobre a cultura” (Castriota; Andrade; de Oliveira Nery, 2021, p. 353). Junto a isso, a crítica às práticas museológicas hegemônicas expõe a necessidade de construir uma memória coletiva, uma vez que essa representa:

o conjunto de acontecimentos, fatos, experiências, vivências, imagens, conceitos, noções, símbolos, significados ou categorias – incluímos também o que se denominou “marcos sociais” – que um coletivo de indivíduos compartilha, em algum grau, assim como o processo através do qual todos os constituintes deste conjunto são registrados, conservados, atualizados, transmitidos e representados (e ambos os processos) tem como consequência proporcionar uma identidade, um sentido de continuidade aos indivíduos e aos coletivos sociais (Urtizberea, 2016, p.13 *apud* Castriota; Andrade; de Oliveira Nery, 2021, p.355).

Esses argumentos associados expõem a importância da reivindicação pela criação da tipologia de "Museu de Território", uma vez que o território e a comunidade constroem um repertório social sobre o cotidiano e as riquezas naturais e culturais, transformadas pelo capitalismo em patrimônios materiais e imateriais.

Embora ainda não formalizadas como uma Política Pública efetiva de Museu de Território, as práticas espaciais promovidas pelo IPN e a comunidade do entorno, como o Circuito de Herança Africana, progressivamente já foram transformadas em tal. De fato, conforme Cartilha Pequena África: uma sala de aula a céu aberto, (Gomes et al., 2021), o IPN reconhece um paralelo entre as práticas já em andamento, abordadas e incentivadas pela própria cartilha, e a perspectiva futura de consolidação desse Museu de Território como política pública:

O Circuito de Herança Africana, se concebido como um museu de território, deverá orientar-se pela criação coletiva e iniciativa comunitária, como uma Política Pública que privilegie o patrimônio e a memória afro-carioca. A estratégia do museu de território baseia-se em discursos autóctones que possibilitem ações empreendedoras numa ótica comunitária. Nesse sentido podem-se materializar em exposições, itinerários, manifestações coletivas, atividades pedagógicas, páginas Web e formações comunitárias (Gomes et al., 2021, p.15).

O que se busca evidenciar aqui é a utilização do conceito de museu, com uma ótica descolonial, e que reconhece os saberes vivenciais, com potencial para ser colocado como recurso central para os imaginários de futuros da área. A prática espacial do Circuito de Herança Africana apresenta aproximações com o conceito de "Museu de Território" e oferece uma alternativa de construção de futuro que emerge das práticas comunitárias e não das instituições formais.

CIRCUITO DE HERANÇA AFRICANA: CONSTRUÇÃO DE UM FUTURO INSURGENTE E ANCESTRAL?

Como visto anteriormente, a Pequena África é um território em disputa, onde narrativas territoriais se entrelaçam em constantes conflitos de sentido. Descolonizar o planejamento urbano, nesse contexto, exige imaginar futuros que valorizem as raízes e resistências da população negra. Nesta seção, discutiremos o Circuito de Herança Africana como construção de um futuro territorial alternativo ao planejamento imposto pelos GPUs, evidenciando como as práticas espaciais ressignificam o território, e projetam um futuro ancorado na memória ancestral e na autonomia cultural, rompendo com visões hegemônicas.

Esse processo de ressignificação do território se insere no reconhecimento de uma crise no campo do planejamento. Miraftab (2016) aponta que essa crise, descrita como uma "esquizofrenia do planejamento", está relacionada a uma crise de identidade e legitimidade democrática. Trata-se de cada vez mais evidente ineficiência das estruturas institucionais democráticas pré-estabelecidas de planejamento, e consequente construção do espaço, que

não respondem adequadamente ao contexto socioespacial das cidades contemporâneas, excluindo estruturalmente segmentos sociais subalternizados.

Diante deste cenário, Faranak Miraftab aponta para a necessidade de se reinventar as estratégias utilizadas para construir as cidades, reconhecendo outros imaginários que permitam a elaboração de uma nova teoria ontológica e epistemológica sobre planejamento, mas também sobre futuros territoriais. Essa reinvenção passa por:

[...] em primeiro lugar, reconhecer o leque de práticas além das sancionadas pelo Estado e poderes corporativos — **nomeadamente as práticas insurgentes**; e em segundo lugar, requer **descolonizar a imaginação e as possibilidades para o futuro**. Para isso, precisamos recorrer às práticas subordinadas, amadurecidas em movimentos anticoloniais e anticapitalistas de longa duração. Aí encontraremos a inspiração, os valores e os princípios orientadores para práticas que podem promover um futuro e um urbanismo mais humanos (Miraftab, 2016, p. 364, grifo nosso).

Essas práticas insurgentes se colocam como um exercício cidadão que rompe com uma política de apagamento, associando à ideia de insurgência a construção de conhecimento vinculado à ação local, o que

As práticas de planejamento insurgente são caracterizadas como contra-hegemônicas, transgressoras e imaginativas. Elas são **contra-hegemônicas** na medida em que desestabilizam a ordem normalizada das coisas; elas transgridem o tempo e o lugar ao localizar a **memória histórica** e a consciência transnacional no cerne de suas práticas. Elas são **imaginativas** ao promover o conceito de um mundo diferente como sendo, como diz Walter Rodney, tanto possível quanto necessário (Miraftab, 2009, p.33. tradução nossa)

Assim, há elementos que permitem a interpretação da vivência do Circuito de Herança Africana guiado pelo Instituto Pretos Novos como uma prática insurgente, parte da construção de um futuro territorial alternativo ao planejamento hegemônico. Logo, usaremos como base de análise os três pontos principais levantados por Faranak Miraftab (2009) que caracterizam uma prática espacial como prática de planejamento insurgente: (1) o circuito se configura como uma prática espacial **contra-hegemônica**, inserida em um contexto de disputa territorial entre as re-existências locais e os GPUs na área portuária do Rio de Janeiro; (2) ele promove e parte de uma **consciência historicizada**, recuperando o papel fundamental da região na história da diáspora africana, ao tornar visível uma narrativa que foi sistematicamente apagada e invisibilizada; e (3) há uma clara **perspectiva de futuro ancestral** (Krenak, 2022), na medida em que essas práticas espaciais contribuem para a consolidação de um Museu de Território (dos Santos, et al., 2022), onde o espaço é continuamente reconfigurado e ressignificado, resultando na construção de um novo território, com novas possibilidades e significados.

CONSCIÊNCIA HISTORICIZADA

Meu trabalho é abrir o olho, meu trabalho é literalmente tirar o véu completamente dos olhos da classe média geral, para eles entenderem tudo isso.

Sabe, **deixaram 400 anos um povo sem escola, sem estudo**, alienado. Não tem como. A faculdade que vocês estudam aliena vocês a entenderem tudo que aconteceu. As pessoas viram doutores, viram os senhores, exploram a mão de obra, saem de lá, ganham o dinheiro, esquecem do povo, esquecem de quem fez todos os processos (Cassiano, 2014, grifo nosso).

A cidade é formação sócio-espacial coletiva de percepções, concepções e experiências de mundo, que constroem territórios, por meio do desdobramento das identidades socioculturais individuais e coletivas, sendo assim, “uma criação humana territorialmente impressa” (Barbosa; de Souza e Silva, 2013, p.117). A partir disso, afirmamos a disputa de discursos presente no Território da Pequena África, uma vez que esse se constrói a partir da relação sujeito/território, como o Circuito de Heranças Africanas, e as intervenções hegemônicas, como o mercado imobiliário. Um discurso se afirma através do reconhecimento das práticas sociais, com a valorização da ancestralidade, enquanto o outro se consolida com a objetificação/precificação do espaço físico, através da gentrificação da cidade em detrimento do seu valor simbólico e afetivo. Devido a essa discrepância exposta, que não é exclusividade do contexto carioca, Miraftab (2009) afirma que:

Enquanto o capitalismo neoliberal promove uma amnésia social coletiva, uma tarefa importante do planejamento contra-hegemônico e insurgente é estimular memórias coletivas históricas e historicizar os problemas decorrentes das ações e inações das autoridades (Miraftab, 2009, p.45. tradução nossa)

Em outras palavras, reconhecemos as tentativas dos mecanismos de poder dominantes, na tomada de decisão, de erradicar do cenário o protagonismo da população no processo de construção da cidade. Eles se apropriam e distorcem, ou mesmo apagam, o passado para que “continuem desfrutando de seus privilégios políticos e econômicos, o status quo precisa ser mantido” (Westin, 2022 apud Leonardi, s.d.). Em contrapartida, do capitalismo neoliberal, as ações insurgentes reconhecem o resgate histórico como ferramenta de luta, para reafirmar o cotidiano da classe popular, historicamente subalternizada, como expõe o guia do Circuito de Heranças Africanas, Xande, em entrevista:

até eu me ligar com tudo que aconteceu. **Porque nos livros de história, tudo que a gente vive, tudo que a gente tenta viver, tenta ler, a gente não acha essas coisas nos livros de história.** Quando eu descobri que maquiaram tudo isso, que esconderam tudo isso, me deu uma força tão grande, me ligou tão fortemente com a África, que eu não sei mais falar de coisas que não sejam da África.

Eu preciso que o mundo entenda o que aconteceu. Eu preciso estar vivendo tudo isso, **eu preciso lutar contra todo esse apagamento da história** (Cassiano, 2014, grifo nosso).

As ações insurgentes veem na conscientização histórica o caminho de modificar o presente, para permitir caminhos abertos para o futuro, através da “expansão do domínio da imaginação” (Miraftab, 2016, p.374). O território da Pequena África se fortalece e resiste nas lutas urbanas a partir do momento em que sua população assume seu lugar de fala e a força de sua ancestralidade através do Circuito de Heranças Africanas. Portanto, o Museu de

Território em disputa e as iniciativas do Instituto Pretos Novos concebem alternativas de permanência e reafirmação do existir coletivo através da cultura, do simbólico e da valorização da identidade local.

São essas mudanças de perspectiva que permitem ações diretas coletivas de cidadãos nos processos de transformação territorial, e permitem uma aproximação de uma democracia participativa, pois “o conhecimento histórico é essencial para o exercício da cidadania. Um povo ignorante é dominado com facilidade” (Westin, 2022 apud Leonardi, s.d.). A exposição das camadas de um lugar permite reflexões sociais importantes para a construção de sociedades mais justas, que reconheçam as desigualdades em que vivem. Identificando esse papel educativo do território físico da Pequena África que Cassiano se reconhece enquanto agente transformador, através da contação da história:

A gente faz um trabalho base, não só com as crianças, mas também com os professores e pesquisadores, como vocês. Acredito muito em tudo isso.

Meu trabalho é transformar novos agentes, eu formo novos agentes. Sei que vou perpetuar esse trabalho. Sei que, numa perspectiva de 10 ou 20 anos, teremos uma sociedade mais evoluída, **uma sociedade que não esconde seu passado**, porque o erro está aí, é crasso, está feito. A gente tem que ir lá atrás, mostrar o que aconteceu, deixar muito bem claro o que aconteceu, para que as novas gerações entendam (Cassiano, 2014, grifo nosso).

Reconhecemos essas iniciativas fundamentais para discutirmos sobre a urbanidade, pois a noção de inclusão e expansão de direitos pelo capitalismo só pode ser descolonizada a partir de uma conscientização histórica, que exponha as ações populares, sendo um olhar despolarizado dos fatos, para que seja possível reconhecer a inclusão limitada, através da distorção da noção de justiça, da qual estamos fazendo parte (Miraftab, 2009). Dar voz a outras narrativas na história nos permite reconhecer as problemáticas do discurso dominante, e assim, assumirmos nossa história e nos apropriarmos da realidade presente no território, para que “o fim da história como a conhecemos, [possa] ser também o começo da história como a queremos” (Miraftab, 2016, p.374).

AÇÕES INSURGENTES

Esse guia de turismo, que é amigo meu, o Paulo, falou: “Cara, o pessoal achou umas ossadas lá no Rio de Janeiro.” Eu já tinha contato com uma galera aqui do Rio e eu falei: **“Estou indo para lá, eu quero ver isso, eu quero sentir isso, quero entender tudo isso”** (Cassiano, 2014, grifo nosso).

O contexto societário brasileiro está fundamentado na construção de hierarquias sociais sustentadas por discursos dominantes, em detrimento de outros, minoritários, concretizando-se uma política de privilégio. Para o antropólogo James Holston (2013, p.39) esta política pode ser resumida pela frase: “(..) um é impotente, o outro, [é] imune.” O autor destaca ainda a “relação entre a falta de poder da maioria e a imunidade de uns poucos”.

A fim de garantir a existência desse desequilíbrio, do qual o neoliberalismo se sustenta, desenvolve-se argumentos descontextualizados da realidade social para justificar o limite de acesso aos direitos e investimentos assim imposto. É a partir dessa crise identitária/democrática, que se materializa a partir das desigualdades socioespaciais, que surgem as ações insurgentes. Na tentativa de alcançar uma justiça territorial.

Diante dessa realidade de privilégios, a psicanalista Suely Rolnik (2019) elucida a ideia de trauma, que transforma o cenário urbano em que “o mal-estar ultrapassa um limite de tolerabilidade” (ROLNIK, 2019, p. 101). Ao desenvolver esse pensamento, ela afirma o somatório de sentimentos de insuficiência por parte da população pelas governanças e teoriza que surgiriam duas formas de respostas a isso, para a permanência e afirmação de uma existência marginalizada:

Um estado de alerta instala-se na subjetividade, como quando a escassez de recursos essenciais para a vida passa de um limite que a coloca em risco. Somos então tomados por **uma urgência que convoca o desejo a agir**. As respostas do desejo a essas situações traumáticas oscilam entre dois extremos: **um polo reativo**, patológico, no qual nos despotencializamos, e **outro ativo**, no qual nossa potência vital não só se preserva, mas tende inclusive a intensificar-se. Nessa segunda resposta ao trauma, amplia-se o alcance de nossa mirada, o que nos permite ser mais capazes de acessar os efeitos da violência em nossos corpos, de sermos mais precisos em sua decifração e expressão e, com isso, mais aptos a inventar maneiras de combatê-los. **É nessa experiência que despontam insurgências na cena social**, performatizando novas estratégias em função dos problemas singulares que as deflagram (ROLNIK, 2019, p. 101-102, grifo nosso).

Neste artigo, portanto, quando falamos de ações insurgentes estamos nos aproximando da ideia de resposta ativa ao trauma de Rolnik (2019). Uma contraposição à lógica neoliberal, que apoia os princípios capitalistas, valoriza a privatização dos espaços, o acúmulo de bens, além de outros aspectos, reforçando a desigualdade territorial urbana.

Portanto, as ações insurgentes podem ser interpretadas como processos de resposta ativa aos mecanismos de exclusão, como, por exemplo, os movimentos de lutas sociais, resistência e representatividade tocantes à solidariedade e busca de direitos negligenciados (Miraftab, 2016). É a partir do reconhecimento desse contexto que as práticas na Pequena África são reconhecidas enquanto insurgentes, pois o Estado, desde o período colonial afirma uma superioridade ao povo negro, na qual por séculos tentou um apagamento dos costumes, cultura e religiosidade dessa população.

É nessa lógica de disputa de lugar e construção de uma identidade coletiva, que o antropólogo James Holston (2013) afirma que a ideia de insurgência está associada a uma **cidadania insurgente**, uma vez que as ações são tocantes de uma escala local, na qual a população intervém a partir das necessidades do cotidiano. Entendendo o espaço enquanto uma construção social, no qual podemos interpretá-lo a partir:

(1) das relações humanas, que podem gerar atitudes transformadoras, disruptivas. Essas podem ser “fortalecedoras ou debilitantes, igualitárias ou diferenciadoras”, pois a

subjetividade do termo é gerada por meio da ação social em que ela está inserida, pensando aqui em relação a um grupo hegemônico ou contra-hegemônico (Holsten, 2013, p. 38);

(2) das relações com o espaço, pensando o ordenamento territorial e sua influência na construção de uma sociedade. Pensar esse encontro, entre espaço físico e o indivíduo, como gerador de cultura, que torna o global múltiplo, portanto, reconhecendo o espaço como estrutura e sistema para a construção de cidadania, portanto articulado (Segaud, 2016).

O reconhecimento desses apagamentos e a re-existência a eles expressam a cidadania do cotidiano de Holsten, a partir da reatividade ao trauma desenvolvido. O IPN constrói sua resposta a esse cenário traumático com base nas marcas e histórias do território da Pequena África ao reconhecer as fissuras do passado como um caminho para o que Miraftab chama de **espaços inventados**. Miraftab (2016) compreende que os grupos sócio-espaciais se organizam para a disputas de lugar através de “*espaços de ação convidados*”, onde estão inseridas as formas de ações consideradas formais, como o Estado e as organizações sancionadas, e os “*espaços de ação inventados*”, de formatos e organizações flexíveis e de iniciativa dos próprios movimentos insurgentes. Nestes, os grupos sócio-espaciais se revelam sujeitos capazes de construir e reivindicar melhorias de condições de vida na urbanidade.

Ademais, a capacidade dos agentes desses movimentos de transitar entre diferentes tipos de espaços de ação – “inventados” e “convidados” – contribui para a consolidação dos movimentos insurgentes na prática do planejamento. No caso específico do nosso estudo, a disputa do IPN por recursos financeiros estatais para a cultura exemplifica seu trânsito por espaços de ação convidados, enquanto a criação do Instituto, a partir da iniciativa de moradores de forma independente ao apoio governamental, configura um exemplo claro de espaço de ação inventado.

Podemos dizer que os grupos formados por essa divisão socioespacial buscam seu lugar, sua permanência ou sua reafirmação no território de disputas, enquanto corpos políticos, que são expostos através das desigualdades no território e socialmente, sendo um cenário construído através do histórico de exploração, incluindo necessariamente a questão do patriarcado e da escravidão. É importante ressaltar que a contestação das minorias ultrapassa o reconhecimento da sua existência individual, articulando-se à noção de construção de sociedade, pensando na produção de um sujeito coletivo (Rolnik; Félix 1996). Por esse motivo, reconhecemos a Pequena África enquanto manifestação social, lugar e direito, e por tanto pretendemos associar suas práticas como uma possibilidade de futuro ao planejamento urbano, pelo reconhecimento das práticas cidadãs, que são resumidas pelo arquiteto Marcos Rosa, em seu texto “Planejar a cidade a muitas mãos” (2018):

Estamos falando de práticas cidadãs, de **reconhecimento da inteligência local**, de uma atuação complementar aos planos, de formas de desenhar com interesse no processo, do reconhecimento das ações locais e, em última instância, da **aproximação do conhecimento da**

arquitetura a outros conhecimentos colocados no território. (Franco; Dias; Rosa; Cançado, 2018, n. p., grifo nosso).

Logo, o debate das insurgências constrói um paralelo com o planejamento a partir da crítica de um planejamento atual que se torna âlibi de uma política de exclusão, que negligencia as problemáticas presentes no território, ao invés de reconhecer os sujeitos como sujeitos que planejam, que coletivamente constroem a cidade a partir de suas visões de mundo e atrelados a cultura.

PLANEJAMENTO: FUTURO INSURGENTE E ANCESTRAL?

Hoje a gente tem essas disputas nesses territórios, inclusive essas transformações urbanísticas que fazem com que a gentrificação aumente muito mais.

Se a casa não for sua, se você estiver pagando aluguel lá, você não tem mais condições de morar naqueles espaços, **você é jogado cada vez mais para trás.** Estamos numa disputa imobiliária gigantesca (Cassiano, 2014, grifo nosso).

O campo do planejamento lida, tradicionalmente, com a projeção de futuros, partindo do pressuposto de que os sujeitos planejadores seriam capazes de moldar e/ou orientar o que ocorrerá em um território em um tempo que parece sempre distante do presente. No entanto, essa visão ocidental de futuro, como destacado por Santos (2003), está imbuída de concepções de tempo e temporalidade que legitimam poderes sociais e estruturas institucionais dominantes.

A compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo (...). A compreensão do mundo e a forma como ela cria e legitima **o poder social tem muito que ver com concepções do tempo e da temporalidade** (Santos, 2003, p. 239, grifo nosso).

Assim, o planejamento, enquanto disciplina e campo de atuação profissional, pode operar como um mecanismo de imposição de uma visão epistêmica colonial de futuro territorial, refletindo e perpetuando hierarquias de poder. Em seu processo, pode suprimir o protagonismo da população subalternizada no processo de construção da cidade. Esse planejamento hegemônico funciona como um dispositivo do neoliberalismo, condicionado por suas lógicas e limitado às perspectivas de futuro que o próprio neoliberalismo permite. A visão neoliberal impõe a ilusão do "não há alternativa" (There Is No Alternative, ou TINA) (Miraftab, 2009, p.46), restringindo as possibilidades de transformação e reproduzindo as desigualdades socioespaciais. Por conseguinte, a descolonização do planejamento deve repensar o próprio conceito de futuro, entendendo ambos como campos em disputa.

Neste contexto, o conceito de *planejamento insurgente* emerge como uma resposta que desloca o foco dos profissionais e saberes técnicos, reconhecendo que as práticas espaciais realizadas no cotidiano dos territórios, enraizadas em saberes populares e modos de vida locais, também constituem formas legítimas de planejamento. Essas práticas insurgentes representam modos de construir o futuro territorial que escapam aos marcos institucionais e

hierárquicos tradicionais, desafiando o monopólio do planejador sobre a cidade e questionando se a própria ideia de "planejamento" deve ser mantida.

Talvez o próprio fato de serem consideradas "planejamento", partindo da ideia hegemônica, limite o caráter insurgente dessas práticas. As ações insurgentes existem no território, constroem presente e futuro, mas, ao serem incorporadas em um processo de planejamento — ou ao passarem a se entender como planejamento —, o horizonte de possibilidades já se restringe à noção de futuro que o próprio planejamento impõe. Nesse sentido, a ideia de insurgência se coloca em oposição ao planejamento. Em consonância com essa reflexão, Otília Arantes (2013, p.14) questiona: "políticas (urbanas) de matriz identitária podem ser estrategicamente planejadas? Algo como calcular o espontâneo ou derivar a integridade ou autenticidade de uma escolha racional."

Ao mesmo tempo, vincular as insurgências ao planejamento é extremamente importante para a conquista de direitos e para a visibilidade das comunidades subalternizadas nas políticas públicas. No âmbito do planejamento, enquanto saber técnico vinculado às estruturas de poder, quanto mais próximo se estiver das práticas e culturas insurgentes, respeitando, na medida do (im)possível, o protagonismo das comunidades envolvidas, mais inclusivo será esse processo e seus impactos em um futuro territorial. Desse modo, é possível o reconhecimento dos sujeitos coletivos que protagonizam essas práticas como sujeitos que planejam.

O que queremos destacar é que o conceito de planejamento insurgente aqui estudado traz luz a outras formas de imaginação de futuros territoriais que já operam e constroem os territórios, protagonizadas pelos cidadãos usualmente excluídos dos processos democráticos de planejamento técnico.

Ao refletir sobre o tempo, Boaventura de Sousa Santos (2003) critica a racionalidade ocidental, marcada por uma "contração do presente" e uma "expansão do futuro" que, pela linearidade temporal e planejamento histórico, transforma o presente em um instante efêmero, comprimido entre passado e futuro. Quanto mais o futuro se expande, mais se cria uma expectativa distante da vivência presente. Santos propõe, em sentido inverso, ampliar o presente — expandindo o domínio das experiências sociais já existentes — e contrair o futuro, como uma abertura para novas perspectivas de mundo: "Só assim será possível criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje (Santos, 2003, p. 239)." Compreender as práticas insurgentes como construção de futuros, portanto, é principalmente uma forma de expandir o presente, contribuindo com uma mudança epistêmica no campo do planejamento e sua relação com a descolonização da imaginação (Mirafitab, 2016).

Em consonância com a proposta de Santos, em vez de uma linha temporal que se desdobra em direção ao distante, essa perspectiva insurgente sugere uma compreensão entrelaçada de passado, presente e futuro, enraizada nas cosmologias de povos indígenas e afrodescendentes. Essa abordagem resgata e valoriza a ancestralidade em consonância com

a ideia de Consciência Historicizada. A história narrada por Krenak abaixo exemplifica essa visão, enfatizando que o futuro não é algo separado do presente e do passado, mas uma continuidade viva que fortalece as raízes e os ensinamentos ancestrais:

Os meninos remavam de maneira compassada, todos tocavam o remo na superfície da água com muita calma e harmonia: estavam exercitando a infância deles no sentido do que o seu povo, os Yudjá, chamam de se aproximar da antiguidade. Um deles, mais velho, que estava verbalizando a experiência, falou: 'Nossos pais dizem que nós já estamos chegando perto de como era antigamente'.

Eu achei tão bonito que aqueles meninos ansiassem por alguma coisa que os seus antepassados haviam ensinado, e tão belo quanto que a valorizassem no instante presente. Esses meninos que vejo em minha memória não estão correndo atrás de uma ideia prospectiva do tempo nem de algo que está em algum outro canto, mas do que vai acontecer exatamente aqui, neste lugar ancestral que é seu território, dentro dos rios (Krenak, 2022, p.5)

O Circuito de Herança Africana se relaciona com essa concepção de futuro ancestral ao resgatar e valorizar a memória negra na cidade do Rio de Janeiro, especialmente junto aos estudantes da rede municipal. Funcionando como um roteiro educativo, o circuito oferece uma experiência de aprendizado que é ao mesmo tempo histórica e vivencial, permitindo que as novas gerações se conectem com a história negra e com as práticas culturais que formaram e continuam a moldar a cidade. Essa prática permite que o futuro seja construído sobre a continuidade de memórias e raízes culturais vivas, de forma enraizada no território.

Na entrevista, Xandi enfatiza o impacto transformador do circuito ao mencionar que, segundo o retorno das escolas, as crianças levam essa vivência para casa, chegando a corrigir os pais sobre temas históricos e de identidade. Ele destaca que o processo de conscientização não apenas fortalece o orgulho e o pertencimento das crianças, mas também gera uma ampla rede de transformação social ao engajar professores, que levam esse aprendizado de volta para suas salas de aula, multiplicando o impacto entre milhares de estudantes. Xande demonstra imenso orgulho ao refletir sobre essa multiplicação de conhecimento e afirma que é essa missão de impacto social que deseja levar adiante.

É importante reconhecer que a disputa por este futuro insurgente e ancestral é árdua e cheia de desafios. As forças hegemônicas da globalização são significativas, promovendo uma tendência de elitização predatória na Pequena África e expulsão das comunidades locais. Xande observa esse processo, reconhecendo que frear essas forças parece ser improvável.

É uma elitização predatória. Não é uma coisa consciente, não é uma coisa que você para pra pensar e diz: "Mano, vou comprar um apartamento para ajudar essa região." **O cara vai comprar o apartamento e que se dane quem está ali no morro.** Ele quer a segurança dele. E aí, o que vai acontecer? O custo de vida aumenta, me jogam cada vez mais para trás. Aquele povo que está ali é o povo subalterno, que vai trabalhar na casa dessas pessoas. Elas vão continuar trabalhando na subalternidade, e eu não consigo melhorar meu povo. **A minha pior dor é ver meu povo vivendo da mesma forma que se vivia há 400 anos** (Cassiano, 2014, grifo nosso).

No entanto, essa constatação não diminui a esperança e prática de construção de um futuro alternativo. Cada ato de re-existência fortalece os laços da comunidade com suas raízes, preservando a memória cultural e a história do território. Mesmo em um contexto adverso, esses esforços mantêm vivas as identidades e os direitos da população, possibilitando a construção coletiva de um futuro próprio. As práticas insurgentes, fundamentadas na esperança (Miraftab, 2009), permanecem e servem como ponto de partida para imaginar novas possibilidades de organização social e urbana.

Como aponta Xandi, apesar das dificuldades enfrentadas, há uma visão otimista para o futuro: "Eu sou muito otimista com tudo que a gente vive. Por mais que a gente passe por uns processos difíceis, uns desafios difíceis, eu acredito muito ainda que vamos ter um povo de mais qualidade, talvez mais sensível a tudo" (Cassiano, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[Eu gostaria que a Pequena África fosse] Preta. Uma Pequena África em **que a gente consiga transformar o Quilombo Pedra do Sal em um Quilombo Pedra do Sal de verdade**, que o povo preto deixe de ser subalterno dos bancos. Mas, mesmo que a gente pense no lucro, no dinheiro — e é natural, a gente vive nesse sentido pra isso — eu quero ver muito preto trabalhando como eu trabalho, e não sendo capitão do mato (Cassiano, 2014, grifo nosso).

Este artigo explorou a Pequena África como um território marcado pela disputa entre lógicas de apagamento e resistência, destacando seu papel como espaço de re-existência negra no Rio de Janeiro. Partindo da análise das tensões entre o embranquecimento promovido por projetos urbanos neoliberais e as práticas espaciais insurgentes das comunidades locais, foi possível compreender como a memória e a identidade coletivas se tornam instrumentos de luta por justiça socioespacial. Nesse contexto, o Circuito de Herança Africana emerge como uma prática insurgente que ressignifica e molda o território, articulando histórias marginalizadas e fortalecendo a conexão entre o passado, o presente e a construção de futuros alternativos.

A partir das reflexões expostas neste artigo, reafirmamos, enfim, a importância de se descolonizar as perspectivas de futuro, e por consequência, o planejamento, em busca de abordagens que reconheçam e valorizem diferentes formas de ação no território, rompendo com o monopólio de pensamento imposto pelas práticas hegemônicas. Nesse sentido, reconhecemos no planejamento insurgente um caminho para essa virada epistêmica, ao descentralizar o papel da representação e dos saberes técnicos para dar lugar a um planejamento que promova uma cidadania multicentrada, que permita uma inclusão autodeterminada, na qual os direitos das pessoas são reais e praticados (Miraftab, 2016, p.368).

A cidade e o espaço urbano são também construídos de forma paralela, às vezes tangente, aos planejamentos territoriais, institucionais ou não. Isso não implica negar o impacto desses planejamentos — eles têm consequências — mas sim reconhecer que eles não controlam a

totalidade dos processos de transformação no território. Sempre há brechas, resistências e contra-narrativas que emergem em oposição a qualquer expressão de poder, inclusive territorial. A construção do espaço se dá no contexto dessas disputas, através de diversas práticas espaciais, sejam elas impulsionadas pelo Estado ou pelas insurgências comunitárias.

Quem quer que sejam os atores, o que eles fazem é identificável como planejamento insurgente se forem ações intencionais que visam romper as relações dominadoras dos opressores com os oprimidos e desestabilizar esse status quo por meio da consciência do passado e da imaginação de um futuro alternativo (Miraftab, 2009, p. 4, tradução nossa).

As formas neoliberais de pensar e construir o futuro e a sociedade já demonstraram sua falência, conduzindo a humanidade a uma crise generalizada, cujos impactos ambientais, sociais e econômicos se tornam cada vez mais evidentes. Ao resgatar e valorizar as práticas e saberes que, embora invisibilizados pelo neoliberalismo, persistem e re-existem em territórios como a Pequena África, podemos vislumbrar alternativas possíveis para superar essa crise. As práticas insurgentes não são apenas resistência ao status quo, mas propostas ativas de transformação social, orientadas por um passado que ilumina caminhos para futuros possíveis: futuros ancestrais e insurgentes.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otilia et al. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões públicas. *In*: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Emília. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, v. 165, 2013. p. 11-74.
- CASSIANO, Alexandre. **Entrevista concedida às autoras**. Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2024.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci; ANDRADE, Cláudia Nunes de Lima e; NERY, Samantha de Oliveira. Um museu de território para Bento Rodrigues. **Indisciplinar**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 344–373, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32876>. Acesso em: 4 nov. 2024.
- CRUZ, Giovana. **Redes de ação cultural na região portuária do Rio de Janeiro**: sujeitos, articulações e ocupações no tempo presente. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2023. 312 p.
- FIGUEIREDO, Marcele da Silva; FELIX, Camila Gavazzi; GUTERMAN, Bruna da Cunha; SÁNCHEZ, Fernanda. Confrontar, desvelar e mapear: por uma episteme territorial afrodiaspórica. *In*: **Congresso Internacional Multidisciplinar sobre o Urbano**: Cidades Brasileiras – Perspectivas a partir do Sul Global, 1., 2024, Evento on-line. Belo Horizonte: Laboratório Social, 2024. Disponível em: <https://www.urbano2024.laboratoriosocial.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FRANCO, Fernando Mello; DIAS, Izabel; ROSA, Marcos; CANÇADO, Wellington. Planejar a cidade a muitas mãos. In: **PISEAGRAMA** (Org.). Urbe Urge. Belo Horizonte: PISEAGRAMA, 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/planejar-a-cidade-a-muitas-maos/>. Acesso em: 04 Nov.2023.

GOMES, André; MARQUES, Carla Nogueira; SANTANA, Jorge; MORAES, Maria Lidia; MAIA, Mariana; MELO, Milena; CASSIANO, Monique. **Pequena África: uma sala de aula a céu aberto**. Rio de Janeiro: ALERJ, Comissão de Educação, 2021.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

INSTITUTO PRETOS NOVOS. **Instituto Pretos Novos**: site oficial. Disponível em: <https://pretosnovos.com.br/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cais do Valongo**: Rio de Janeiro (RJ). 2023. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>. Acesso em 01 out. 2023.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LEAL DE OLIVEIRA, Fabrício; SÁNCHEZ, Fernanda; TANAKA, Giselle; MONTEIRO, Poliana. **Planejamento e conflitos urbanos: experiências de luta**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política**. Angela Lopes Norte (trad.) Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.

MIRAFTAB, Faranak. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (Online). Recife: 2016, v. 18, n. 3, p.363-377, set-dez. 2016. Disponível em:<<https://goo.gl/iDAsoR> > Acesso em: 04 Nov.2022.

_____. **Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South**. Planning Theory, 8(1), 32-50, 2009. Disponível em: <<https://doi-org.ez24.periodicos.capes.gov.br/10.1177/1473095208099297>> Acesso em: 04 Nov.2022.

PIRES, Vladimir Sibylla; CHAGAS, Mario de Souza. Território, museus e sociedade. In: CHAGAS, Mario de Souza; PIRES, Vladimir Sibylla (Orgs.). **Território, museus e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus, 2018. p. 9-24.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A.E. **Los desafíos de las emancipaciones en un**

contexto militarizado. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

ROLINK, Suely; FÉLIX, Guattari. Minorias: os devires da sociedade. *In: Micropolíticas: cartografias do desejo.* Vozes. Petrópolis, 1996.

ROLNIK, Suely. Insurgências Macro e Micropolítica: Dessemelhanças e entrelaçamentos. *In: Esferas de insurreição: notas para uma vida sem café.* n-1 edições, 2019.p. 99-145.

SÁNCHEZ, Fernanda. **Cidade Espetáculo:** Política, Planejamento e City Marketing. Curitiba, Palavra, 1997.

SÁNCHEZ, F; MOREIRA, C.; GROSSI, G.; LINS, M.; SANTOS, Rosane.; BENTO, M. Cronologia Crítica da Cidade em Disputa: o caso do Morro da Providência no Porto do Rio de Janeiro. *In: Leal de Oliveira et al. Planejamento e Conflitos Urbanos.* Experiências de Luta. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2016

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais, n. 63, 2002, p. 237-280.

SANTOS, Renato Emerson; SILVA, Karoline Santos da; RIBEIRO, Lisyanne Pereira; SILVA, Naiara do Carmo. Disputas de lugar e a Pequena África no centro do Rio de Janeiro: reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? *In: URBANISMO INDISCIPLINAR*, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017. p. 464-470.

SANTOS, Renato E. dos. Repertórios espaciais de ação na luta anti-racismo: o caso da pequena África no Rio de Janeiro. *In: Cartografias do conflito: Rio de Janeiro [recurso eletrônico] / orgs Fernanda Sánchez, Paula C. Moreira.* - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

SANTOS, Renato Emerson; BARROS, Teresa; REIS, Desiree; ARAÚJO, LUIS. **Territórios Negros:** patrimônio e educação na Pequena África. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. 234 p. ISBN 978-65-89925-87-3. Disponível em: <https://territoriosnegros.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/05/Digital_Territorios-Negros-Patrimonio-e-Educacao-na-Pequena-Africa.pdf#page=18> Acesso em: 08 Nov.2022.

SEGAUD, Marion. **Antropologia do espaço:** habitar, fundar, distribuir, transformar; tradução de Eric R. R Heneault. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

¹ Site oficial da Prefeitura do Rio. Projetos. Disponível em: <<https://www.ccpa.rio/circuito-da-heranca-africana/>>